



ENCONTROS ENTRE FASCISMO E (NEO)LIBERALISMO

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello¹

Resumo

O propósito do artigo é expor alguns nexos existentes entre fascismo e liberalismo. Para tanto, por meio de uma pesquisa teórica bibliográfica, nas duas primeiras seções do texto serão desafiadas, respectivamente, as visões correntes do fascismo como essencialmente antiliberal, e do neoliberalismo como essencialmente antiestatal. No primeiro caso, ancorando-se principalmente na obra de João Bernardo (2018), tomar-se-á como base ações e proposições de Hitler e Mussolini. No segundo, a atenção se voltará para Mises, Hayek e Friedman, com ênfase na relação entre os dois últimos e a ditadura de Pinochet, sobretudo a partir de Chamayou (2020). Na terceira seção, será indicada a persistência de técnicas e princípios nazistas de gestão no mundo empresarial contemporâneo, tendo por referências o estudo de Chapoutot (2020). Por meio dessa tripla argumentação, o artigo pretende corroborar a compreensão de que o neofascismo e o neoliberalismo são expressões da dinâmica de reprodução social sob a égide do capital.

Palavras-chave: Fascismo; neoliberalismo; capital; crise.

ENCOUNTERS BETWEEN FASCISM AND (NEO)LIBERALISM

Abstract

The purpose of the article is to expose some existing links between fascism and liberalism. Therefore, through theoretical bibliographical research the first two sections of the text will challenge, respectively, the current views of fascism as essentially anti-liberal, and of neoliberalism as essentially anti-state. In the first case, based mainly on the work of João Bernardo (2018), propositions and measures by Hitler and Mussolini will be taken as a basis. In the second, attention will turn to Mises, Hayek and Friedman, with emphasis on the relationship between the two the latter and the Pinochet dictatorship, based especially on Chamayou (2020). In the third session, the persistence of Nazi management techniques and principles in the contemporary business world will be indicated, with references to the study by Chapoutot (2020). Through this triple argument, it is intended to corroborate the understanding that neo-fascism and neoliberalism are expressions of the dynamics of social reproduction under the aegis of capital.

Keywords: Fascism; neoliberalism; capital; crisis.

Artigo recebido em: 15/12/2023 Aprovado em: 21/11/2024

DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28n2.2024.29>

¹ Graduado em Economia. Mestre e Doutor em Sociologia e Pós-Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e Pesquisador do CNPq. Email: gusmcmello@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Dada a relevância assumida pelo Estado em seu bojo, é bastante difundida a noção de que os fascismos históricos, em particular o mussoliniano e o hitleriano, seriam meras modalidades de estatismo. Do mesmo modo, ante o exaustivo mantra da liberdade mercantil, a deificação dos mercados e os anátemas lançados contra o Estado, costuma-se tomar o neoliberalismo – e o ultraliberalismo – como eminentemente antiestatais. Nesse sentido, a articulação entre agitadores fascistas e próceres neoliberais, como a que se deu no Brasil, nos últimos anos, seria de ordem meramente tática, externa e conjuntural¹.

É fato que o fascismo é produto do entrecruzamento e da circulação de uma mixórdia de ideias e práticas heteróclitas originadas em diversos campos teóricos e políticos, e que lhe é característico o oportunismo político. Também é notório que diversas forças sociais que constituíram o campo bolsonarista – tomado aqui como uma expressão contemporânea do (neo)fascismo – alimentaram a pretensão de dominá-lo e manipulá-lo a seu bel prazer, usando-o e descartando-o conforme a conveniência. Entretanto, procurar-se-á demonstrar, por meio da argumentação que se segue, que os nexos entre os fascismos e o neoliberalismo são muito mais profundos. E que, em um contexto marcado por uma crônica sobreacumulação de capital, por baixas taxas de lucro, de acumulação, de elevação da produtividade do trabalho, pela tendência ao agravamento das desigualdades sociais e ao aumento do desemprego, entre outros (Smith, 2019), reforça-se a tendência de simbiose entre o neofascismo e o neoliberalismo.

Para tanto, por meio de uma pesquisa teórica bibliográfica, na primeira parte do artigo foram analisados medidas e discursos de Mussolini e Hitler que colocam em questão a pecha antiliberal que comumente lhes é atribuída². Na segunda seção, em sentido similar, o foco recaiu sobre proposições de Hayek, Mises e Friedman, referências teóricas fundamentais do neoliberalismo, que revelam uma concepção francamente autoritária da reprodução social moderna, que pouco tem a ver com os preceitos correntes do *laissez-faire*. O curto-circuito assim produzido permite vislumbrar o âmago bárbaro do neoliberalismo, a concepção despótica de Estado que lhe subjaz, bem como situar algumas das revivescências do fascismo na contemporaneidade. Nesse sentido, a partir do estudo de Chapoutot (2019) sobre a vida e obra de Reinhard Höhn, na terceira e última parte do texto considerou-se a ressonância de valores e de técnicas de gestão nazista no mundo empresarial contemporâneo. A partir desse conjunto de análises, buscou-se não apenas salientar os nexos existentes entre fascismo e liberalismo, bem como suas ressonâncias hodiernas, mas também compreendê-los como expressões de uma dinâmica reprodução do capital ameaçada por uma crise crônica de sobreacumulação, que assume formas extremas e ameaçadoras.

2 HITLER E MUSSOLINI EM UMA DERIVA LIBERAL?

Na conhecida conceituação de Umberto Eco (2018, p. 37), os fascistas construíram um verdadeiro culto da ação pela ação, que teria ancorado um radical irracionalismo. Segundo o próprio Mussolini (2020), o fascismo “nasceu da necessidade de ação, era a ação, não era um partido, mas nos primeiros dois anos, um antipartido e um movimento”. Essa concepção estetizada da ação, propalada pelos tradicionalistas, é compartilhada pelo ideólogo oficial do nazismo, Alfred Rosenberg (s/d, p. 316), quando auspicia que “chegará um dia em que as pessoas honrarão seus grandes sonhadores por serem homens de ação decisivos”, convertendo seus sonhos numa força demiúrgica mítica, que “dá origem ao ato criativo em torno do eixo do qual uma nova era gira como a rotação da terra em seu eixo”.

Essa concepção apoteótica está em linha com um *maquiavelismo* radical. Para os supracitados ideólogos fascistas, tudo deve ser avaliado com base em seus resultados práticos, e no interior de uma concepção agonística de mundo, a eficácia e a eficiência da ação é reduzida à capacidade de subjugação. “Se a nação for considerada, como deveria ser, do ponto de vista de qualidade ao invés de quantidade, como uma ideia”, argumenta Mussolini (2020), “o mais forte torna-se o mais ético, o mais coerente, o mais verdadeiro, expressando a si mesmo em um povo como a consciência e vontade de alguns ou, porque não, de um, terminando na expressão da consciência e vontade das massas”.

Verdade, coerência e ética, convém enfatizar, confundem-se com o exercício da força: “*Cæsar dominus et supra grammaticam*” [César também é senhor da gramática] (Schmitt, 2001, p. 112). Em acréscimo, na passagem acima, Mussolini ainda faz apologia da posição autocrática que pretende subsumir a multiplicidade de concepções e disposições dos indivíduos que constituem a sociedade na “consciência e vontade” do líder fascista.

Em sentido parecido, em *Mein Kampf* defende-se que “o papel do mais forte é dominar” (Hitler, 2016, p. 212), e que “tudo deve ser examinado sob esse ponto de vista e utilizado ou rejeitado segundo a conveniência” (Hitler, 2016, p. 162). Desse modo,

As armas mais terríveis seriam humanas, desde que conduzissem a vitória mais rapidamente. Belos seriam somente os métodos que ajudassem a assegurar a dignidade à Nação: a dignidade da liberdade. Essa era a única atitude possível na questão da propaganda de guerra, numa luta de vida e de morte (Hitler, 2016, p. 137).

É bom ter esse pragmatismo radical em conta ao se considerar o lugar desempenhado pelo Estado nos fascismos históricos. Ao contrário do que afirmará em *A Doutrina do Fascismo*, onde se lê que “o Fascismo deseja que o Estado seja forte e orgânico, baseado nas amplas fundações do

apoio popular. O Fascismo toma pra si o governo do campo econômico não menos que em outros” (Mussolini, 2020), em abril de 1920, Mussolini (apud Bernardo, 2018, p. 395) declarou que “o Estado, com a sua enorme máquina burocrática, leva à asfixia. [...] Abaixo o Estado, sob todas as suas formas e encarnações! Tanto o Estado burguês como o Estado socialista”. Em consonância com os discursos proferidos no congresso de fundação do Partido Nacional Fascista, em setembro de 1921, o programa político lançado na ocasião se declarava “a favor da modalidade privada de propriedade” e exigia “limites rigorosos para as intromissões do Estado na economia” (Bernardo, 2018, p. 395).

À mesma época, discursando diante do Parlamento italiano, Mussolini enfaticamente declara “que a história real do capitalismo está apenas começando, que capitalismo não é só um sistema de opressão, mas ele representa a seleção dos mais valiosos, a igualdade entre os mais capazes e o sentimento desenvolvido de responsabilidade individual” (Mussolini apud Pachukanis, 2020, p. 38). Em um encontro com industriais italianos, em outubro de 1922, Mussolini mais uma vez se comprometeu a acabar com o intervencionismo estatal na economia, e dias antes da Marcha sobre Roma, declarou a um jornal britânico que “a nossa política será inteiramente liberal” (Mussolini apud Bernardo, 2018, p. 395).

Da mesma forma, no primeiro discurso no Parlamento italiano depois de assumir o poder, Mussolini (apud Bernardo, 2018, p. 396) anunciou que libertaria o Estado “de todas as suas funções econômicas, para as quais não é adequado”, e nesse sentido, ainda no final de 1922, nomeou como Ministro das Finanças o economista liberal Alberto De Stefani, concedendo-lhe, com a aquiescência do Parlamento, “plenos poderes”. Com eles, De Stefani implementou medidas de privatização de empresas industriais e financeiras então estatais, de redução de impostos, incluindo a revogação do imposto sobre heranças, de liberalização comercial, de elevação das taxas de juros, de demissões de funcionários públicos (mais de 65 mil apenas em 1923), de reduções salariais, eliminação de direitos trabalhistas, de redução de gastos e investimentos estatais, entre outras (Mattei, 2022)³.

Como lembra Clara Mattei, o suposto liberal antifascista Luigi Einaudi, que se tornaria o primeiro presidente italiano no pós-guerra, acolheu enfaticamente as medidas de exceção, incluindo as de controle estrito sobre o mercado de trabalho (Mattei, 2022). Em suas palavras, “nunca um Parlamento confiou ao Executivo um poder tão absoluto [...]. A renúncia de todos os seus poderes pelo Parlamento por um período tão longo foi saudada com aplausos gerais pelo público. Os italianos estavam fartos de executivos faladores e fracos” (Einaudi apud Mattei, 2022). Um pouco antes, às vésperas da Marcha sobre Roma, ele havia sustentado que “a Itália precisa de um homem na frente do governo que seja capaz de dizer não a todos os pedidos de novos gastos” (Einaudi apud Mattei, 2022). Também os editores do *The Economist*, esse baluarte do liberalismo, saudaram Mussolini por buscar

“impor um ‘drástico corte nos gastos públicos’ em nome da ‘necessidade imperiosa de obter finanças sólidas na Europa’” (Mattei, 2022).

As vicissitudes econômicas que se manifestaram em 1925 levaram à demissão de Stefani e ao reforço do caráter corporativista e intervencionista do fascismo italiano. Em todo caso, ao analisar essa trajetória, Pachukanis (2020, p. 26) conclui que

Justamente os traços que, antes de tudo, saltam aos olhos, a saber, os traços pequeno-burgueses, a demagogia antiplutocrática, assim como os discursos em defesa dos grandes proprietários de terra, tudo isso, como se verificou posteriormente, não determina de modo algum o ponto decisivo e fundamental do fascismo. Agora está claro a todos os observadores que a ditadura de Mussolini não é uma ditadura da pequena burguesia nem de grandes proprietários de terra, mas uma ditadura dos grandes industriais e do capital financeiro.

Há de se destacar ainda a *Carta del Lavoro* (1927), promulgada por Benito Mussolini em 1927, cujo nono artigo determina que a “intervenção do Estado na produção econômica tem lugar unicamente quando falte ou seja insuficiente a iniciativa privada ou quando estejam em jogo interesses políticos do Estado”. Anos depois, em janeiro de 1934, no plenário do Senado italiano, Mussolini (apud Miliband, 1972, p.111) faria questão de enfatizar que “a economia corporativa respeita o princípio da propriedade privada. A propriedade privada completa a personalidade humana. Ela é um direito. Mas é também um dever”. E complementa, um pouco adiante: “a Carta do Trabalho estipula expressivamente que somente quando a iniciativa privada é desinteligente, não-existente ou ineficiente, poderá o Estado intervir”.

A posição de Hitler chama igualmente a atenção. Em *Mein Kampf* o Estado aparece como um “meio para um fim”, e esse fim não é administrativo ou abstrato, é de fato bem concreto e biológico: é o reforço e a perpetuação da raça. Já no Congresso do Partido Nacional-Socialista de 1934, Hitler (apud Bernardo, 2018, p.396) seria enfático: “não é o Estado que nos dá ordens, mas nós que damos ordens ao Estado. Não é o Estado que nos criou, mas somos nós que criamos nosso estado”. Em maio de 1937, Hitler (apud Bernardo, 2018, p. 396) declararia que a “nação tem todo o interesse em que a economia seja dirigida só por pessoas competentes e não por funcionários públicos”. E no final de 1939, no decreto para a “simplificação da administração”, lê-se, logo no primeiro artigo, que o Führer espera “de todas as administrações uma atividade incansável e decisões rápidas, livres de todas as inibições burocráticas” (Hitler *apud* Chapoutot, 2020, p. 21).

Não obstante, e de modo ainda mais contundente do que ocorrera na Itália, desde o primeiro momento o governo alemão favoreceu indiretamente as grandes empresas domésticas por meio das políticas emergenciais anticíclicas, por encomendas de materiais bélicos e pelo financiamento de grandes obras infraestruturais, entre outros, e foi estabelecido um intenso fluxo de quadros gestores e técnicos entre empresas e Estado. Por isso, conclui João Bernardo (2018, p. 406),

Na realidade, tanto o fascismo italiano como o germânico puderam oscilar entre o liberalismo e o intervencionismo sem com isto perderem a coerência política porque em qualquer caso, por um dos lados ou pelo outro, eram elementos pertencentes à mesma classe social, os gestores, quem obtinha a hegemonia.

Noutra chave teórica, Marcuse (1998a, p. 41) caracteriza o Terceiro Reich como uma “tecnocracia”, argumentando que nele “as considerações técnicas de eficiência e racionalidade imperialistas substituem os padrões tradicionais de lucratividade e bem-estar geral”. Dessa forma, diz ele, “na Alemanha Nacional-Socialista, o reino do terror é sustentado não apenas pela força bruta que é estranha à tecnologia, mas também pela engenhosa manipulação do poder inerente à tecnologia” (Marcuse, 1998a, p. 41), sempre tendo por fulcro a “economia de guerra”.

Em todo caso, os gestores são “personificações do capital”, padecendo de sua cegueira e de seu automatismo, bem como da impotência diante de tendências elementares da acumulação que fazem do capital uma “contradição em processo”. Assim como o capital engendra necessariamente crises devastadoras, que o desvalorizam brutalmente, em toda a sua esperteza e calculismo os gestores bem podem chocar o ovo da serpente que eventualmente os devorará.

Evidencia-se que o fascismo não deve ser compreendido enquanto um corpo teórico ou ideológico consistente e coerente, ou um conjunto de políticas estatais, um tipo de programa econômico, mas sim enquanto um princípio de ação e uma tábua de salvação – contraditórios - para um capitalismo ameaçado de morte, em que a sede desmedida por mais-valia se encontra com a acumulação desmedida de poder político, conformando uma dinâmica social despótica, belicista e suicidária, conforme se argumentou alhures (Mello, 2023a).

3 MISES, HAYEK E FRIEDMAN EM UMA DERIVA AUTOCRÁTICA?

Autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, permanentemente assombrados pelo “espectro do comunismo”, puseram de pernas para o ar o *tópos* contratualista, concebendo a “liberdade econômica” - a liberdade concorrencial -, como fundamento da liberdade política e das demais modalidades de liberdade. Daí a conclusão de Mises de que todo tipo de intervencionismo - que redunde da má-fé ou da ignorância, afinal, “o conhecimento econômico leva necessariamente ao liberalismo” (Mises, 2010, p. 76) -, conduziria invariavelmente ao despotismo de tipo soviético. “Não há outra escolha”, sentencia ele, “ou o governo abandona a interferência restritiva nas forças de mercado, ou assume o controle total da produção e da distribuição. Ou o capitalismo ou o socialismo; não há meio-termo” (Mises, 2010, p. 26). Proposição que aparece também em Hayek como um mantra, acompanhada pela idealização do capitalismo e pela demonização de qualquer iniciativa de cunho “coletivista”. Desse modo, argumenta Prado (2009, p. 158),

ENCONTROS ENTRE FASCISMO E (NEO)LIBERALISMO

Se os pré-modernos manipulavam o medo do juízo final, este moderno relutante [Hayek] – assim como o pós-modernismo conservador e ufanista do último quartel do século XX – instrumenta o medo da opressão infinita sob o nome de totalitarismo – sem fazer, entretanto, a crítica profunda dos totalitarismos reais. A salvação advém, então, pela contínua adaptação à “ordem do mercado”.

Pois, segundo Hayek (1991, p. 7), “a disputa entre a ordem de mercado e o socialismo é não menos do que uma questão de sobrevivência. Seguir a moralidade socialista seria destruir boa parte da atual humanidade e empobrecer bastante o resto”⁴. Como se sabe, esse argumento foi repetido à exaustão por Hitler em *Mein Kampf*, com rigorosamente a mesma estrutura e o mesmo tom apocalíptico, a única diferença é que lá o discurso se baseava no mito da raça, e aqui, no mito do mercado. Esse banal, porém, poderoso dispositivo retórico foi alvo da aguda crítica de Adorno (1995, p. 51), quando este reconhece que

Na tradução do desespero histórico em norma a ser seguida, ressoa mais uma vez o abjeto arranjo da doutrina teológica do pecado original, segundo o qual a corrupção da natureza humana legitimaria a dominação, e o mal radical, o mal. Esta mentalidade tem atualmente uma palavra-chave para proscrever de forma obscurantista a ideia de progresso: crença no progresso.

Como demonstra Prado (2009), diferentemente do liberalismo clássico de Adam SMITH, as vedetes neoliberais conceberiam o capitalismo como uma ordem espontânea, e ao mesmo tempo uma ordem moral, ameaçada de morte pelas forças “coletivistas” – seja de corte soviética, seja keynesiano. E para defendê-lo, todas as armas seriam boas.

Mais precisamente, Prado (2009, p.154) distingue entre o conceito de ordem natural, que estaria na base do liberalismo clássico, e seria construído a partir de um “antropologismo negativo”, que não obstante teria um caráter “otimista”. Se o liberalismo clássico “considera a sociedade e a história como produtos não intencionais do homem alienado”, isso não deveria ser lamentado. Afinal, a esfera econômica estaria organizada de tal forma que as ações individuais egoisticamente motivadas, em função de uma “providência toda esperta” (Marx, 1996a, p. 293) – a “mão invisível” -, produziriam efeitos benéficos para o conjunto da sociedade (Smith, 1996a, p. 438). Tal concepção alimentaria um “otimismo político” (Prado, 2009, p. 154), pois sobre a locomotiva irrefreável do progresso essa ordem mercantil estaria fadada a se impor, e caberia ao economista político ajudar a azeitar suas engrenagens, sobretudo prescrevendo ao Estado a adequada delimitação de sua área de atuação. Ao Estado caberia assim garantir a segurança interna e externa aos seus súditos, por meio de uma estrutura jurídica e policial e de uma força bélica e diplomática, respectivamente; bem como “criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter” (Smith, 1996b, p. 170), em função de uma insuficiente perspectiva de lucro.

Já o neoliberalismo estaria fundado sobre um “antropologismo negativo pessimista”, que “tem como contrapartida não apenas a posição do sistema econômico do capital como sujeito, mas também, como foi visto, a sua canonização, como ordem moral” (Prado, 2009, p. 168). Afinal, as sociedades complexas, ou a “ordem extensa da cooperação humana”, “resulta não do desígnio ou intenção humanos mas espontaneamente: ela surge de conformações não intencionais a certas práticas tradicionais e largamente morais” (Hayek, 1991, p. 6). Ou ainda, o “ponto básico de meu argumento”, insiste Hayek (1991, p.52), é que “a moral, incluindo especialmente, nossas instituições de propriedade, liberdade e justiça, são não uma criação da razão humana, mas um dom conferido a ele pela evolução cultural”. Nesse sentido, Hayek ao mesmo tempo reconhece e faz a apologia do fetichismo inerente às formações sociais capitalistas, decretando que “não há outra alternativa: ou a ordem estabelecida pela disciplina impessoal do mercado, ou a ordem comandada pelo arbítrio de alguns indivíduos” (Hayek, 1990, p. 181). “*There is No Alternative*”, repetiria Margareth Thatcher, décadas mais tarde.

Longe de tomar como garantida a prevalência dessa auspiciosa ordem, francamente idealizada, o “pessimismo” de Hayek e quejandos levou-os a considerá-la periclitante, o que justifica o acirramento do caráter apologético do neoliberalismo em relação ao liberalismo clássico. Afinal, a despeito de suas loas às formações sociais capitalistas e de seu cinismo – bem fundado nas aparências – o rigor teórico de Smith o obrigava a reconhecer que “onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade”, e que a “riqueza de poucos supõe a indigência de muitos” (Smith, 1996a, p. 188). Da mesma forma, denunciava vigorosamente o arrivismo antissocial do empresariado, uma “categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (Smith, 1996a, p. 273). Tampouco ignorava os efeitos deletérios da divisão técnica do trabalho sobre o indivíduo por ela aprisionado a tarefas repetitivas e parciais, “tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana” (Smith, 1996a, p. 244). Ou mesmo a natureza classista do Estado moderno, votado aos interesses dos proprietários, ao concluir que “o governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma” (Smith, 1996a, p. 192).

Uma das peças fundamentais da defesa que faz Hayek da ordem mercantil espontânea seria, justamente, sobre o Estado, ao contrário das vulgatas que lhe pintam como um “anarcocapitalista”, que sonharia com a quimera de um capitalismo sem Estado. Ao contrário, diz ele, “em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem qualquer função” (Hayek, 1990, p. 60). Na condição de aparelho social coercitivo, ao Estado cabe proteger a dinâmica

mercantil contra ameaças externas e eventuais disfunções, porém sempre se precavendo de estorvá-la ele mesmo (Prado, 2009, p. 171). Assim como no caso de Friedman (1985), quando este aponta como uma das funções do Estado a de “promover mercados competitivos”, os termos aqui empregados são vagos. Insistiremos adiante que “preservar” e “proteger” o “sistema de mercado” pode compreender toda sorte de barbaridades e de benesses às corporações empresariais, e que na novíngua neoliberal o mais brutal despotismo se apresenta como “liberdade”.

Porém, antes disso, convém remeter à análise de Chamayou (2020), quando este evidencia os nexos, reconhecidos pelo próprio Hayek, entre suas proposições e aquelas do jurista nazista Carl Schmitt, em particular sua distinção entre o Estado total quantitativo e o qualitativo. O primeiro, deplorado por Schmitt, corresponderia à República de Weimar, na qual o Estado teria se estendido ao conjunto das dimensões da vida social (Chamayou, 2020, p. 339). A ele, seria necessário opor um *Estado total qualitativo*, “total no sentido da qualidade e da energia, assim como o Estado fascista se qualifica como *Stato totalitario*” (Schmitt apud Chamayou, 2020, p. 339). Acima de tudo, esse Estado deveria ser “extraordinariamente forte” para produzir o “ato de despolitização” da sociedade (Schmitt apud Chamayou, 2020, p. 341): “mobilizando ‘meios inéditos de poder’, esse Estado não tolerará mais ‘a emergência de forças subversivas em seu seio’” (Schmitt apud Chamayou, 2020, p. 339). Tais meios envolvem farto uso de violência direta, mas também recursos ideológicos, de tal modo que

O império da economia é solidário da transformação do campo social em um campo indexado por algo que poderíamos chamar de “economia moral”, com consequências maiores não exatamente para os modos de produção e circulação de riqueza, mas para a eliminação violenta da esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia (Safatle, 2021, p. 20).

A consolidação desse Estado total seria, por conseguinte, o meio necessário para se blindar a esfera mercantil. Vê-se, portanto, que Hayek realiza a mediação necessária entre essas proposições de Schmitt e aquelas de Margaret Thatcher (apud Chamayou, 2020, p. 366), quando esta salienta que “em nosso partido, nós não almejamos um Estado fraco. Ao contrário, precisamos de um Estado forte para preservar tanto a liberdade como a ordem”⁵. De fato, escrevendo alguns anos mais tarde, no final da década de 1980, Guy Debord (2017, p. 199) apresentará a “fusão econômico-estatal” como “a tendência mais manifesta do século XX; ela se tornou o motor do desenvolvimento econômico recente. A aliança – defensiva e ofensiva – firmada entre essas duas forças, a economia e o Estado, garantiu-lhes os maiores ganhos comuns em todos os domínios”.

Há de se insistir na análise do fulcro autoritário do neoliberalismo. Percebe-se, assim, que Mises não foi incoerente com suas ideias quando se filiou à organização fascista austríaca Frente Patriótica em 1934, depois que esta ascendeu ao poder, dissolveu o parlamento, instituiu um regime de

partido único, estabeleceu uma aliança com o fascismo italiano, e promoveu duras leis de exceção (Augusto, 2016). E tampouco quando afirma ser “inegável que o Fascismo e movimentos similares visando ao estabelecimento de ditaduras são cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que o Fascismo assim adquiriu viverá eternamente na história” (Mises, 1978, p. 51).

Igualmente emblemático, o caso chileno mostra que a lógica neoliberal do empreendedorismo de si e da concorrência irrestrita, de que falam Foucault (1999) ou, mais recentemente, Dardot e Laval (2016), foi implementada por meio de banhos de sangue. Convém lembrar das pungentes cartas de Andre Gunder Frank sobre o “genocídio chileno”, endereçadas aos seus antigos professores da Universidade de Chicago, Milton Friedman e Arnold Harberger. Nelas, Frank lembra que Milton Friedman, depois de um amistoso encontro com Pinochet, em visita ao Chile no ano de 1975, afirmara em uma conhecida entrevista para o jornal *El Mercurio* que os salários ainda estavam “acima do nível de equilíbrio”. Ocorre que entre final de 1973 e início de 1975 os salários, em termos nominais, elevaram-se em cerca de 10 vezes, ao passo que o nível geral de preços cresceu mais de 50 vezes. Assim, exemplifica Frank (1974), o preço de um quilo de pão custava em média o equivalente a seis horas de trabalho, e enquanto o “salário de subsistência” era oficialmente de 27 mil escudos em Santiago, a aquisição diária de um quilo de pão custava mensalmente cerca de 20 mil escudos. Donde, conclui Frank (1974),

A política econômica da Chicago/Junta [Escola de Chicago e Junta Militar de Pinochet], de “saneamento”, “recuperação” e “tratamento de choque”, Milton Friedman e Arnold Harberger, é uma política calculada de genocídio econômico que está produzindo uma geração de pessoas que sofrem de desnutrição e retardo mental em uma escala jamais conhecida na história memorável em tempos de paz⁶.

Ademais, Frank denuncia que os “Chicago Boys”, antigos alunos da Escola de Chicago que aderiram ao governo Pinochet – dentre os quais sintomaticamente se conta o ex-Ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes -, eram chefiados por Jamie Guzmán, membro da organização fascista “Patria y Libertad”, que fora treinado pela *Opus Dei* franquista. Outro conselheiro do governo chileno aí atuante era Walter Rauff, que teve solicitada sua extradição para a Alemanha em função de sua atuação como capitão da SS e comandante de dois campos de concentração nazistas (Frank, 1974). Logo, fascistas recalcitrantes competiram diretamente para estabelecer o universalmente conhecido vínculo entre o genocídio econômico chileno e a violência desmedida perpetrada pela ditadura de Pinochet⁷. Nesse contexto, conclui Frank (1976),

Os chilenos ignorantes, cuja mentalidade e atitude retrógradas não foram esclarecidas na Universidade de Chicago, deverão ser, às dezenas e depois centenas de milhares e milhões fuzilados, torturados, famintos, doentes, exilados e emocionalmente desequilibrados para permitir o equilíbrio no fundo do poço da economia chilena.

Gunder Frank não foi o único economista a denunciar essa barbárie e deplorar o papel nela exercido pelos ideólogos neoliberais. Voltando sua carga contra Hayek, em um artigo para o *The Times*, em 1978 Nicholas Kaldor foi taxativo:

O Chile é uma ditadura equipada com polícia secreta, campos de detenção, etc., onde as greves são excluídas e a organização dos trabalhadores em sindicatos é proibida. Se tomarmos o professor Hayek literalmente, uma ditadura fascista de algum tipo deve ser considerada como a pré-condição necessária de uma “sociedade livre” (Kaldor apud Chamayou, 2020, p. 328).

Do mesmo modo, renunciando no início dos anos 1980 a emergência de um “capitalismo fascista”, tendo como modelo as ditaduras chilena e argentina, Paul Samuelson constata que “se os ‘Chicago Boys’ e os generais chilenos não tivessem existido teríamos de inventá-los a título de casos arquetípicos” (Samuelson apud Chamayou, 2020, p. 325).

A insensibilidade de Hayek em relação ao genocídio econômico e ao terrorismo de Estado, aos encarceramentos, torturas, assassinatos, à censura, ao despotismo, conforme descrito por Frank (1974), talvez também encontrem respaldo em suas concepções teóricas. Pois “os proletários”, sustenta Hayek (1991, p. 123), “são uma população adicional que, sem as novas oportunidades de emprego, nunca teria crescido”, e por isso deveriam ser talvez eternamente gratos aos seus senhores. A conclusão de Hayek aí subentendida, quiçá, é que, assim sendo, essa *população adicional* pode ser eventualmente exterminada por seus criadores, as elites capitalistas, sempre que lhes parecer conveniente.

Em todo caso, indiferente às atrocidades perpetradas pela ditadura chilena, assim como Friedman, Hayek por duas vezes visitou o Chile, tendo igualmente se encontrado com Pinochet na primeira delas, em 1977. Já em 1981, por ocasião do encontro anual da Sociedade Mont Pèlerin, Hayek também teve oportunidade de conversar longamente com um repórter do jornal *El Mercurio*, apresentando-lhe curiosos raciocínios para justificar sua simpatia pelo regime. Segundo ele, “uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição”, e em momentos de acirramento dos antagonismos sociais, em que se fragilizaria as regras sociais, “é praticamente inevitável que alguém tenha poderes quase absolutos” (Hayek, 2016). Mas também aqui Hayek não estaria renegando suas convicções teóricas, afinal, para ele “é possível para um ditador governar de maneira liberal [...]. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático em que falte o liberalismo” (Hayek, 2016)⁸.

Mises, por sua vez, justifica o autoritarismo teoricamente. Ora, de acordo com a sua praxiologia, a ação racional é uma espécie de estrutura *a priori*, similar à apercepção transcendental kantiana, que singulariza os seres humanos (Mises, 1990). No entanto, como salienta Augusto (2016, p. 106), Mises postula que as “massas” são desprovidas de raciocínio lógico, donde, poder-se-ia

concluir, teriam um estatuto sub-humano. Nessa condição de radical heteronomia, haveriam de ser conduzidas pela “elite”. Mais uma vez, as antinomias do pensamento neoliberal saltam à vista.

Não menos patente é o racismo subjacente ao raciocínio. Em autêntico estilo eugenista, sob o manto da neutralidade axiológica, Mises discrimina entre pessoas inferiores e superiores, condiciona a capacidade mental à genética, postula uma correlação entre a estrutura corporal e as características mentais, flertando com a frenologia, e propugna que “a espécie humana é subdividida em grupos raciais com distintas características biológicas hereditárias. A experiência histórica não impede o pressuposto de que alguns grupos raciais são mais bem-dotados que outras raças para conceber ideias mais sensatas” (Mises apud Augusto, 2016, p. 102). Daí a inescapável conclusão de que “a moderna civilização é um feito dos homens brancos” (Mises apud Augusto, 2016, p. 102).

Em suma, a perspectiva supremacista e racista, os préstimos a ditadores sanguinários, a defesa do terrorismo político e econômico em nome da *liberdade*, os elogios à autocracia, os flertes com os fascismos, nada disso é acidental. Ao contrário, patenteia-se assim o fulcro violento e autoritário do neoliberalismo desde seu nascedouro, que tem se manifestado com particular virulência nos últimos anos.

4 A SOBREVIDA DAS TÉCNICAS DE GESTÃO NAZISTA

Outra inquietante aproximação entre as manifestações contemporâneas do fascismo e o neoliberalismo salta à vista quando se considera que muitas das tecnologias de gestão nazista não apenas subsistiram, mas se generalizaram após a derrota do Eixo, chegando a ser propagadas diretamente por importantes quadros empresariais e estatais nazistas, como é o caso de Reinhard Höhn, estudado por Johann Chapoutot (2020). Tendo aderido ao partido nazista e à SS em 1933, galgando aí importantes posições, inclusive a de general do exército, Höhn preservou uma próspera carreira e um relevante papel de ideólogo após a debacle nazista. Em 1953 tornou-se diretor da Sociedade Alemã de Economia Política (*Deutsche Volkswirtschaftliche Gesellschaft*) e, nessa condição, em 1956, capitaneou a fundação da Academia de Harzburg para Gestores, na qual ocupou uma cátedra por décadas. Até o ano da sua morte, em 2000, sem contar os que realizaram cursos à distância, cerca de 600 mil gestores passaram por essa escola - que tinha por modelo a Harvard Business School - sem se deixar constranger pelo passado nazista de seu mestre (Chapoutot, 2020, p. 72).

Além disso, Höhn produziu inúmeros trabalhos entre as décadas de 1930 e de 1990, tendo publicado seu último texto em 1995. Dessa longa trajetória, um momento parece emblemático. No início de 1940, na condição de oficial superior do Serviço de Segurança da SS, ele coordenou

pesquisas no Instituto de Estudos do Estado, reunindo diversos estudiosos em torno da tarefa de conceber um sistema de administração do Grande Espaço Imperial que os alemães haveriam de edificar a partir da guerra. A gestão de tão vasto e populoso território, contando com quadros relativamente exíguos, exigiria uma revolução técnica e organizacional, objetivando o aumento da eficiência e a redução dos custos administrativos. Com esse intuito foram produzidos diversos documentos em que se defendia os princípios da descentralização organizativa, e se exortava a *responsabilidade pessoal*, a *iniciativa individual*, a *criatividade*, a *liberdade de decisão*, e mesmo a *alegria* e a *realização pessoal* no trabalho (Chapoutot, 2020, p.19-20). Enfim, o tipo de cantilena que se encontra ao abrir qualquer manual de administração, de recursos humanos ou de autoajuda escritos nos últimos trinta ou quarenta anos. Em todo caso, esse conjunto de ditos valores e princípios haveriam de ser compreendidos a partir das paradoxais injunções: “liberdade para obedecer e obrigação do sucesso” (Chapoutot, 2020, p. 87); “autonomia” para cumprir a qualquer custo a missão confiada (Chapoutot, 2020, p. 20), e assim por diante.

De acordo com Chapoutot (2020, cap. 7), o modelo de gestão proposto por Höhn, que também era estudioso da história militar, possuía origens bélicas, remontando às inovações introduzidas por Napoleão e a sua apropriação pelo exército prussiano no início do século XIX. Grosseiramente falando, ao invés de definir detalhada e rigorosamente a atuação de cada soldado no campo de batalha, os dirigentes militares deveriam definir objetivos específicos e proferir ordens gerais, cultivando a autonomia, o engajamento e a iniciativa dos soldados na descoberta dos meios adequadas à sua realização. Essa estratégia deveria ser aplicada também pelos dirigentes empresariais, que além de definir as metas e os prazos de realização, deveriam avaliar a atuação de seus empregados e corrigir as eventuais falhas. Nesse modelo, nas palavras de Höhn, “os superiores não tomam nenhuma decisão no campo de seus colaboradores. Limitam-se às suas funções de gestão, que consistem essencialmente em fixar objetivos, a fornecer informações, a coordenar e controlar” (Höhn *apud* Chapoutot, 2020, p. 95). Nesse sentido, a hierarquia não é eliminada, mas muda de caráter; se outrora era baseada “em dar ordens torna-se uma hierarquia de responsabilidade (Höhn *apud* Chapoutot, 2020, p. 95). Da mesma forma, “os colaboradores não são mais dirigidos por ordens precisas dadas por seu superior. Pelo contrário, eles têm um campo de ação bem definido, no qual são livres para agir e decidir de forma autônoma, graças às competências específicas que lhes são atribuídas” (Höhn *apud* Chapoutot, 2020, p. 95). Não deve surpreender reencontrarmos aqui as quimeras da *autonomia*, da *responsabilidade*, da *performance*, do *mérito*, da *criatividade*, e da conversão de empregados em *colaboradores*, que se tornaram lugares-comuns no meio empresarial contemporâneo, buscando ocultar a desigualdade, a alienação e a exploração expressões inerentes à dinâmica da acumulação de capital.

Essa lógica da “delegação de responsabilidade” (Chapoutot, 2020, p. 89) foi abraçada pelos dirigentes nazistas, que buscaram implementá-la na indústria alemã junto com medidas de cunho “motivacional” e contrainsurgente. Dessa forma, no âmbito da empresa, afirmava-se fortemente a perspectiva de mobilidade social ascendente por meio de promoções baseadas no mérito individual; investia-se no aprimoramento das condições de trabalho e alimentação dos funcionários; implementava-se bibliotecas, cantinas, e espaços de convivência; promovia-se atividades culturais, lúdicas e esportivas; nos finais de semana e feriados organiza-se passeios, viagens, e assim por diante (Chapoutot, 2020, p. 59-60). Tudo com o fito de incrementar a produtividade, a eficiência e o desempenho dos empregados, critérios básicos da gestão empresarial (o que incluía até mesmo o estímulo ao uso de metanfetaminas). Foi com esse propósito que se instituiu a *Kraft durch Freude* (literalmente, Força por meio da Alegria), uma espécie de grande comitê empresarial atuando por todo o Reich (Chapoutot, 2020, p. 59).

Nota-se, assim, que os fascismos foram pioneiros na tentativa de dominar a população trabalhadora também em seu tempo de não trabalho, tarefa que logo seria protagonizada pela indústria cultural, e além da *Kraft durch Freude* poder-se-ia evocar a *Opera Nazionale del Dopolavoro*, na Itália, e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, em Portugal, entre outros. Além disso, de forma mais ampla, os nazistas buscaram ampliar sua ascendência sobre a população por meio de reduções de impostos e de distribuição de benefícios sociais monetários. Todas essas medidas, não se deve esquecer, eram implementadas ao mesmo tempo em que milhões de pessoas eram escravizadas nos campos de concentração...

Em suma, resume Marcuse (1998b, p. 82),

O nacional-socialismo introduziu um elaborado sistema de educação física, moral e intelectual que visa aumentar a eficiência do trabalho por meio de métodos e técnicas científicas altamente refinadas. Os salários são diferenciados de acordo com a eficiência do trabalhador individual. Instituições psicológicas e tecnológicas são criadas para estudar métodos apropriados para a individualização do trabalho e para neutralizar os efeitos prejudiciais da mecanização. As fábricas, as escolas, os campos de treino, as arenas esportivas, as instituições culturais e a organização do lazer são verdadeiros laboratórios da “gestão científica” do trabalho.

Esse modelo de gestão possuía alguns pressupostos dignos de nota, em particular a concepção da concorrência empresarial como expressão das leis da evolução e da seleção natural. A dinâmica econômica faria parte da depuração do corpo social por meio da concorrência rúcica, e teria como um de seus mecanismos elementares a liberdade para competir. Além dessa articulação entre economia e darwinismo social, a concepção que Höhn compartilhava com diversos ideólogos e juristas nazistas também apelaria a um mito de origem, segundo o qual, em seus primórdios, o povo nórdico

conformaria um todo orgânico baseado nas leis da natureza, que desconheceria o despotismo e cuja coesão dispensaria a existência de instituições estatais ou religiosas.

Essa concepção, somada ao referido desejo de eliminar qualquer tipo de obstáculo às veleidades nazistas, tornava comum à época a crítica à burocracia estatal e ao formalismo jurídico, que deveriam dar lugar ao vínculo espontâneo entre a população ariana submetida às diretrizes diretas do Führer – eis aí um fundamento do *Führerprinzip*. A pleora de departamentos e de instituições estatais concorrentes entre si e dotadas da flexibilidade, da autonomia e da desenvoltura para tomadas de decisão e para a implementação de ações, expressaria essa pretensão. As funções propriamente públicas do Estado deveriam se reduzir à produção da guerra e a promoção de políticas eugenistas, acelerando a seleção natural (Chapoutot, 2020, p. 41) – o oposto do que teria feito ao longo de sua existência moderna. Segundo tal concepção, ao Estado estaria assim vedada a intervenção direta na gestão e na concorrência empresarial.

Ademais, seria necessário combater a “rigidez” e a “esclerose” do Estado, fomentar a “elasticidade da administração” e a sua “liberdade de ação”, sempre nas palavras de Höhn (Chapoutot, 2020, p. 21), termos que décadas mais tarde seriam mobilizados para criticar as administrações estatais e empresariais de cunho *keynesiano-fordista* e para afirmar o *toyotismo*, a *acumulação flexível* e a reforma neoliberal do Estado (Harvey, 1992).

Vê-se as similitudes entre a defesa de uma *ditadura liberal* por parte de Hayek, e a transfiguração do despotismo empresarial em exercício de autonomia, por parte de Reinhard Höhn. Em ambas as perspectivas, a submissão se torna sinônimo de liberdade, à medida que, no último caso, a vontade do Führer coincide, por princípio, com a vontade do povo alemão, de tal forma que, ao obedecer ao Führer, em qualquer circunstância se está a exercer a liberdade individual e coletiva. Já no caso do primeiro, essa coincidência se dá com os imperativos do mercado, essa entidade inexcrutável e onibrangente, que por definição constitui a melhor forma de equacionar as ações e interações individuais. Por essa senda, vai-se sempre pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis.

Essa sobreidentificação com o Führer é similar à atual sobreidentificação com o capital, propugnada pelos ideólogos neoliberais e ultraliberais. Se o mercado e a concorrência capitalista são resultado e expressão da complexa articulação entre as vontades e preferências individuais, se os próprios indivíduos são fetichisticamente identificados como *capital humano* em busca de autovalorização, sua atuação econômica invariavelmente corresponderá a um exercício autonomia e de autorrealização. E qualquer desvio ou questionamento será um atentado contra a liberdade, as conquistas culturais, etc., e um passo em direção à servidão.

Essa concepção cínica condiz com um contexto social em que, na prática, as noções de liberdade reduziram-se a mero escárnio, em que a heteronomia se tornou um aleijão, em que vigora um

estado permanente de emergência como forma de gestão social, e em que os indivíduos entrincheirados, assustados e ressentidos já não vislumbram alternativa, e se resignam a abraçar as regras do jogo ou a trabalhar pela aceleração das hecatombes sociais e ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de forma preliminar e incipiente, buscou-se, ao longo das páginas precedentes, confrontar a ideia da exterioridade entre as manifestações contemporâneas do fascismo e o neoliberalismo, em suas versões mais ou menos radicais. Para tanto, evocaram-se medidas e manifestações de profissão de fé liberais, feitas em determinadas circunstâncias pelos regimes fascista e nazistas, bem como foram resgatadas a origem e a lógica autoritária que fundamenta as concepções neoliberais, com ênfase em suas concepções sobre a natureza e o funcionamento dos mercados, bem como no papel atribuído ao Estado na proteção e no fomento a esses mercados. Por fim, salientou-se que princípios e formas de gestão desenvolvidas no interior do regime nazista ecoam em ideologias e estruturas organizacionais bastante difundidas contemporaneamente.

Numa palavra, a ideologia que erige a concorrência desenfreada como fundamento oniabrangente da vida social, e que reduz a existência a uma guerra de todos contra todos sob os auspícios de um darwinismo social mal disfarçado de meritocracia, como se vê, facilmente se coaduna aos desideratos fascistas. Não obstante, é preciso ter em conta que é a dinâmica de reprodução social do capitalismo contemporâneo que permite a universalização de tal ideologia, e que prepara o terreno para o ascenso fascista. Mais do que afinidades eletivas, o fascismo e o neoliberalismo são expressões da lógica de acumulação de capital, e como se buscou expor em outros momentos (Mello, 2023a, 2023b), a ascensão do fascismo ao longo do século XX e sua vivificação contemporânea não representam um desvio ou um retrocesso, mas a realização de uma virtualidade inerente ao modo de produção capitalista, que tende a se afirmar em momentos de fortes crises econômicas e sociais.

Desse modo, pretendeu-se com este artigo somar-se a um conjunto de estudos no sentido de atualizar a crítica do fascismo com base na crítica da economia política, partindo-se do princípio que isso pode contribuir com os necessários esforços para se fazer frente às sinistras tendências que caracterizam o capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Palavras e Sinais**: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995

AUGUSTO, André Guimarães. O Neoliberalismo religioso e aristocrático de Von Mises. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 44, p. 86-110, 2016.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/AkAr3>. Acesso em: 10/05/2023.

CARTA del Lavoro. **Carta do Trabalho**. 1927. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/104/f1188carta-del-lavoro.pdf>. Acesso em 29/05/2022.

CHAMAYOU, Gregoire. **A Sociedade Ingovernável: uma Genealogia do Liberalismo Autoritário**. São Paulo: Ubu, 2020.

CHAPOUTOT, Johann. **Libres d'obéir: Le management, du nazisme à aujourd'hui**. Paris: Gallimard, 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FRANK, Andre Gunder. **First open Letter from AG Frank to Milton Friedman and Arnold Harberger** [Recurso Digital], 1974. Disponível em: <https://rojasdatabank.info/genoc1a.pdf>. Acesso em: 15/05/2022.

FRANK, Andre Gunder. **Second open Letter from AG Frank to Milton Friedman and Arnold Harberger**. Disponível em: <https://rojasdatabank.info/genoc2.pdf>. Acesso em: 15/05/2022.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich. Extracts from an Interview with Friedrich von Hayek (El Mercurio, Chile, 1981). **Punto de Vista Economico**, 2016. Disponível em: <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>. Acesso em: 10/10/2023.

HAYEK, Friedrich. **The fatal conceit: the errors of Socialism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Centauro, 2016.

MARCUSE, Hebert. **Technology, war, and fascism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998a.

MARCUSE, Hebert. **Technology, war, and fascism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998b.

MATTEI, Clara. **A paixão dos liberais por Benito Mussolini**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-paixao-dos-liberais-por-benito->

mussolini/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2022-11-16. Acesso em: 20/05/2022.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Sobre a natureza suicidária dos fascismos. **Temporalis**, v. 23, p. 258-272, 2023a.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Desmedida do capital, seletividade neoliberal e subjetivação totalitária. **Serviço Social em Revista**. v.27, p.195-218, 2024.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**, Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **Ação humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MONT PÉLERIN. **Statement of Aims**, 1947. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/event/429dba23-fc64-4838-aea3-b847011022a4/websitePage:6950c74b-5d9b-41cc-8da1-3e1991c14ac5>. Acesso em: 30/05/2022.

MUSSOLINI, Benito. **A Doutrina do Fascismo**. LeBooks Editora, 2020.

NEUMANN, Franz. **Behemoth: the structure and practice of national socialism**. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

PACHUKANIS, Evgeni. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. (Neo)liberalismo: da ordem natural à ordem moral. **Outubro**, n.18, 2009.

ROSENBERG, Alfred. **The Myth of the 20th Century**. Disponível em: <https://archive.org/details/alfred-rosenberg-the-myth-of-the-20th-century/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 17 maio 2023.

SAFATLE, Vladimir. Estado suicidário, fascismo e problemas no uso político do conceito de pulsão de morte. *In*: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELI, V. (org.). **Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHMITT, Carl. El Imperialismo Moderno em el Derecho Internacional Público. *In*: Schmitt, Carl. **Teólogo de la política**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas 2**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

SMITH, Murray. **Invisible Leviathan: Marx's Law of Value in the Twilight of Capitalism**. Boston: Brill, 2019.

Notas

¹ Da mesma forma como existem diversas variantes do fascismo – enquanto movimento e também enquanto regime político –, é possível distinguir várias correntes do liberalismo e do neoliberalismo, teórica e praticamente. Não obstante, de modo geral a análise dessa diversidade escapa ao escopo do artigo; donde fascismo, liberalismo e neoliberalismo serão evocados no singular, em sentido lato, porém conceitualmente enformado.

² Tal análise haveria de ser complementada, entre outros, com a exposição dos nexos entre as elites empresariais alemãs e italiana e os respectivos regimes fascistas nesses dois países (cf. NEUMANN, 2009), que não será possível realizar aqui.

³ “O déficit de orçamento, que chegava em 1922-1923 a 3,29 bilhões de liras, foi reduzido em 1923-1924 a 418 milhões de liras. Simultaneamente, Mussolini efetivou uma série de desnacionalizações: telefonia, radiotelégrafo, expedição de encomendas; aboliu o monopólio do fósforo; aboliu o imposto sobre herança, enquanto introduziu impostos sobre os salários aos médios proprietários de terra e fazendeiros; eliminou restrições de locação; aboliu a aposentadoria por idade; permitiu a retirada da jornada de oito horas e, em seguida, promoveu o aumento geral de uma hora diária. A derrota do movimento sindical permitiu a redução do salário do operário italiano a um dos mais baixos da Europa” (PACHUKANIS, 2020, p. 41-2).

⁴ A “declaração de objetivos” produzida quando da fundação da Sociedade do Mont Pèlerin, de 1947, que teve em suas fileiras Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, James Buchanan, Lionel Robbins, Gary Becker, Frank Night, entre tantos outros, denuncia logo de saída que “os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humana já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas”. A causa residiria na “ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo” (MONT PÈLERIN, 1947).

⁵ De acordo com Paulo Arantes (2004, p.170), “trata-se de fato de um Estado mais forte do que nunca, na medida em que lhe cabe gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global”. Já Vladimir Safatle insistirá que “a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida. Como dirá décadas depois Margareth Thatcher: ‘Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma’” (SAFATLE, 2021, p. 24). Aqui ela acompanha Goebbels, que num discurso registrado em *O Triunfo da Vontade* (1934) declara que “pode ser bom possuir o poder baseado na força, mas é melhor ganhar e manter o coração das pessoas”.

⁶ Diante da recalcitrância dos ideólogos de Chicago em meio a um cenário econômico desolador, denuncia Frank, “seu diagnóstico, Milton Friedman, é claro, não foi que seu remédio não seja bom, exceto para os cada vez menos beneficiários; mas que o paciente não tomou o suficiente do seu medicamento” (FRANK, 1974).

⁷ A descrição é dramática: “as centenas de milhares de detenções políticas; as condições de ‘vida’ nos campos de detenção no deserto de sal venenoso do norte e nas regiões antárticas do sul; em uma população de dez milhões, apenas metade deles adultos, e metade desses homens adultos, os 30.000 assassinados (por números oficiais da Junta, divulgados às Nações Unidas), os corpos pendurados, ou enviados rio abaixo, ou simplesmente deixados em exibição para aterrorizar a população em bairros populosos; a tortura sistemática: sistemática no uso dos mais modernos equipamentos, técnicas, instrutores e até interrogadores importados do Brasil e da experiência americana no Vietnã; sistemática na seleção, rastreamento e interrogatório até a morte e insanidade dos quadros políticos mais experientes nos sindicatos, partidos políticos, etc., que foram declarados ‘ilegais’; sistemática na combinação da tortura física com a psicológica e moral, como a tortura física de cônjuges, filhos e bebês inocentes em todos os aspectos, diante da pessoa simultaneamente ridicularizada sob interrogatório; e sistemática também na construção de campos e câmaras de tortura em Tejas Verdes e noutros locais, incluindo - ironia simbólica - no edifício do Parlamento, utilizado não só para o interrogatório de quadros políticos, mas destinado e ainda mais utilizado para o ‘processamento’ de centenas de milhares de pessoas que são detidas ao menor ou nenhum pretexto para acalmá-las antes de despejá-las exaustas, machucadas, aleijadas ou inconscientes e sempre aterrorizadas à beira da estrada, estação ferroviária ou em seus bairros com o aviso de ‘não’ para contar a suas famílias, vizinhos ou colegas de trabalho e desempregados sobre sua experiência. Longe de diminuir após o primeiro período de regime militar, esse processo de terror continuou, continua aumentando e recentemente foi novamente acelerado (esta semana, a imprensa, Le Monde de 1º de agosto, relata mais de 10.000 detenções - metade delas por ‘embriaguez’ — em poucos dias)” (FRANK, 1974).

⁸ Essa aparente serenidade com que Hayek defende sua “ditadura liberal” tende a dissimular o fato de que ele é um verdadeiro tarado pela autocracia: “Salazar toma o poder em Portugal. Hayek envia-lhe seu projeto de constituição com

palavras gentis. Os generais dominam a Argentina, ele vai até lá dar uma sondada. Pinochet derrama sangue no Chile, lá vai ele de novo. Um boicote se lança contra a África do Sul, Hayek pega a pena para defender o regime, e assim por diante” (CHAMAYOU, 2020, p. 348).